

# O dinheiro japonês

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Tóquio  
(Continuação da 1ª página)

(Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) vem negociando com o governo brasileiro. Os recursos dos japoneses não seriam, aqui, liberados de uma só vez, mas em "tranches", dependendo do ritmo das medidas adotadas pelo Brasil no rumo da liberalização do comércio externo. Como explicou Tanaka, a OECF tem experiência nesse tipo específico de financiamento — conhecido pela sigla SAL (Structural Adjustment Loans) — em coordenação com o Banco Mundial, por meio de projetos contratados junto aos governos de Bangladesh e do Sri-Lanka.

A OECF tem por objetivo emprestar diretamente a governos de países em desenvolvimento com baixo nível de renda "per capita". Sua atuação, no Brasil, nessa modalidade de financiamento, foi muito tímida até aqui. Mas no passado desempenhou importante papel como financiadora a empresas japonesas que se dispuseram a participar da elaboração de projetos industriais junto com o governo brasileiro. A nível desse tipo específico de empréstimo, o Brasil aparece no rol dos países atendidos pela OECF em segundo lugar — o primeiro é a Indonésia —, com uma fatia de 19% do total de recursos alocados pela instituição japonesa entre 1961 e 1986.

Através de investimentos em empresas japonesas, a OECF ajudou a financiar a Usiminas, em Minas Gerais, a Cenibra, um projeto

voltado para a produção de celulose e papel e, ainda, a produção de alumínio e de alumina no Norte do País. Da lista de dezenove projetos apresentada pelo governo brasileiro como pretendentes aos recursos de fundo de reciclagem do Japão, o financiamento à execução da segunda fase da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) — a ampliação da usina está estimada em US\$ 3 bilhões, mas o Brasil pediu US\$ 1,5 bilhão aos japoneses — é talvez o mais complicado de todos, dadas as implicações de participação acionária. A usina de Tubarão tem como sócios a Kawasaki Steel Co. e a italiana ILVA.

De todo modo, a decisão de beneficiar o Brasil com financiamento do fundo de reciclagem não é tomada nem a nível da OECF, nem a nível do Eximbank do Japão. Vários ministros de Estado são chamados a opinar — com peso significativo para o ministro das Relações Exteriores — e as opiniões, entre eles, sobre a oportunidade de colocar dinheiro no Brasil não são necessariamente unânimes. O Brasil é, em princípio, um país sempre visto como de "grandes potencialidades" mas existem problemas sérios hoje, como a alta taxa de inflação, o déficit do setor público, a falta de consistência na política econômica dos últimos três anos, além do quadro político, que assustam a todos. O governo japonês debruça-se justamente na discussão em torno desses pontos. O fundo de reciclagem monta a cerca de US\$ 20 bilhões para alocação por intermédio do governo do Japão.

# O dinheiro japonês

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Tóquio

O governo japonês ainda não deu sua palavra final, mas existe junto ao "staff" técnico da Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) uma forte expectativa de que pelo menos seis projetos apresentados pelo Brasil, como pretendentes aos recursos do fundo de reciclagem, têm chances de ser eleitos. A lista brasileira é extensa, envolve dezenove projetos no valor global de US\$ 5,5 bilhões, considerado no Japão como um "enorme montante de pedidos".

Parece claro que muito dificilmente haverá financiamento japonês para todos os dezenove projetos, mas sem dúvida existe disposição em contemplar alguns dos pedidos apresentados pelo Brasil. "Nós estamos agora discutindo internamente qual o montante de dinheiro e quais os

projetos que devem ser escolhidos", explicou para este jornal o vice-diretor gerente do Departamento de Empréstimos III (que cuida justamente da América do Sul, além da América Central e África), Hideo Tanaka.

Dos seis projetos com maiores possibilidades de receberem financiamento do fundo de reciclagem japonês, três estão ligados ao setor rural e encaixam-se perfeitamente nas características de empréstimos normalmente prestados pela OECF aos países em desenvolvimento: um programa de irrigação para o Nordeste, abrangendo vários estados, um outro projeto de irrigação para Minas Gerais e, ainda, um programa de eletrificação rural para o Estado de Goiás. Para os três, juntos, o Brasil está pedindo US\$ 450 milhões de financiamento.

"São projetos de longa

maturação que podem justificar nossas condições mais suaves de empréstimos", disse Tanaka, referindo-se justamente às características de financiamento normalmente distribuídas pela OECF, com prazos de pagamento que variam de trinta anos (neste caso, os juros são de 1,25% ao ano) até quinze anos (onde os juros sobem para 5,75% ao ano). Na verdade, o processo de seleção dos projetos brasileiros por parte do governo japonês ainda não chegou a definir que agência (se a OECF ou se o Eximbank) seria mais apropriada para funcionar como financiadora de cada um dos programas elegíveis.

Além dos três projetos ligados ao setor agrícola, existem outros dois que, da lista de dezenove, interessam aos japoneses. Um deles envolve a ampliação de três terminais no porto de Santos — de contêineres, de fertilizantes e de grãos —, com o objetivo de facilitar as exportações e para o qual o Brasil solicitou US\$ 160 milhões. Mais ambicioso, mas também com chances de ser indicado pelo governo japonês, consta da lista um projeto com financiamento previsto em US\$ 500 milhões para a estação termelétrica de São Paulo. Além disso, existe um sexto projeto com possibilidade de ser premiado dentro do fundo de reciclagem japonês. Trata-se de um financiamento para comercialização, que funcionaria como uma linha de crédito às importações, tendo como justificativa dar suporte às dificuldades do balanço de pagamentos do Brasil.

Um total de US\$ 600 mi-

lhões está envolvido neste projeto de financiamento ao comércio, mas a participação japonesa depende fundamentalmente do Banco Mundial, já que neste caso os recursos seriam alocados mediante cofinanciamento, atrelados ao programa de ajustamento da política de comércio que o Banco Mundial

(Continua na página 22)

O Ministério das Finanças do Japão autorizou os bancos japoneses credores do Brasil a vender parte de seus créditos em títulos da dívida brasileira. Os bancos deverão negociar seus créditos com a JBA Investment, uma empresa constituída no ano passado pelos próprios bancos japoneses, cuja finalidade é permitir que as instituições se desfaçam gradualmente das dívidas com o Terceiro Mundo.

(Ver página 23)